

LABEP

E-RANKING CIDADÃO



LABORATÓRIO DE ESTUDOS POLÍTICO-SOCIAIS

1ª 2018

Scan me

EXPEDIENTE

LABEP

André Peixoto | Diretor
Analista de Informação e Comunicação

Gustavo Tavares | Coordenador Técnico
Cientista Político

Jorge Ramos Mizael | Coordenador Técnico
Cientista Político

Thayene de Oliveira Rocha | Social Media
Cientista Política e Comunicóloga

William Ferreira | Desenvolvedor
Analista de Informação e Comunicação

Coordenação editorial

Marlúcia Ferreira Paixão | Fenafisco
Diretora de Comunicação

Pedro Lopes | Fenafisco
Diretor de Assuntos Parlamentares

Edição

Wanúbia Lima | Jornalista

Textos

Wanúbia Lima | MTB - 9585/DF
Joksã Natividade | Estagiário de Jornalismo
Gustavo Tavares | Labep

Com informações:

Agência Câmara
Agência Senado
Agência Brasil de Comunicação
Portal Governo do Brasil

Revisão

Labep

Fotos

Empresa Brasil de Comunicação | EBC
Pixabay

Diagramação

Joksã Natividade

Projeto Gráfico

Rudi Sasori | Free Design Resources

Edição Gráfica

Joksã Natividade

Impressão

Gráfika Papel & Cores

Tiragem

1000 exemplares



EDITORIAL

É o voto, somente ele, que faz a acoplagem dos cidadãos com os homens públicos e o Estado.

Ulysses Guimarães

O Laboratório de Estudos Político-sociais (Labep) traz um panorama global da atuação parlamentar de deputados e senadores no Congresso Nacional acerca de matérias priorizadas pelo governo federal.

A publicação disponibiliza à sociedade o desempenho legislativo referente aos governos da ex-presidente Dilma Rousseff (PT) e de seu sucessor, Michel Temer (MDB), no que versa sobre as modificações na concessão dos benefícios Seguro-desemprego, Pensão por Morte e Auxílio-doença, Teto dos Gastos Públicos; Reforma Trabalhista; Terceirização e exploração do Pré-Sal.

Após ampla análise, o instituto de pesquisas oportuniza mecanismos para que o cidadão possa avaliar, de forma clara e objetiva, o exercício de seus

representantes dentro das Casas de Leis.

O levantamento atribuiu valor positivo àqueles que trabalharam em consonância com os anseios da sociedade, no enfrentamento às desigualdades estruturais para promover o desenvolvimento, e valor negativo à performance parlamentar que rendeu prejuízos à população.

O que se pretende a partir disso, além de informar sobre as ações políticas e o exercício do Poder Legislativo, no momento que antecede as eleições de 2018, é fortalecer a democracia, incentivando a efetiva participação política cidadã, legitimada por meio do voto consciente, para que a sociedade brasileira possa escolher cada vez melhor seus representantes.

SUMÁRIO

06

Entrevista

12

Plataforma virtual aponta desempenho parlamentar no Congresso Nacional

13

Transparência e objetividade sistematizam o e-Ranking Cidadão

14

Teto dos Gastos institui novo regime fiscal

16

**Artigo
EC 95/2016 (In)feliz Aniversário**

18

Pagamento de Pensão por morte e auxílio-doença exigem novos critérios

20

Ajuste Fiscal restringe o acesso ao seguro-desemprego

22

Supremo libera a terceirização irrestrita no país

24

Reforma modifica a legislação trabalhista

26

**Artigo
Os Muitos Nós na Garganta do Trabalha(dor)**

28

Comercialização do Pré-Sal tem aval do Congresso

30

Depoimentos



PARTICIPAÇÃO CÍVICA, UM INSTRUMENTO DE RENOVAÇÃO DO PARLAMENTO

Em entrevista, Rudinei Marques, presidente do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), critica a agenda do Governo Federal por fragilizar o Estado, retirar direitos dos trabalhadores e privilegiar o mercado financeiro. Para o dirigente sindical, a participação política do eleitor será decisiva para a renovação do Congresso Nacional.

e-Ranking Cidadão: Qual a abrangência e os impactos diretos da Emenda Constitucional 95 no orçamento público? Como ela atinge a vida dos brasileiros?

Rudinei Marques: A emenda 95 terá um impacto direto na vida dos brasileiros, na medida em que muitos serviços públicos deixarão de ser prestados à sociedade ou serão prestados em menor qualidade. Houve uma contenção do gasto público que se estenderá por 20 anos e a estimativa é que haverá uma redução brutal do tamanho do Estado.

Se não houver uma revisão dos parâmetros fixados pela emenda 95, nós chegaremos ao final do período de implementação com 70% do Estado que temos hoje e isso afetará negativamente a vida de milhões de brasileiros que dependem muito do papel que o Estado exerce para minimizar as desigualdades sociais e fazer com que, por meio das políticas públicas, as camadas mais desassistidas da população tenham o mínimo para a sua subsistência, em serviços de saúde, educação, segurança.

RC: Por que o governo quer limitar os gastos?

RM: Quando um governo decide adotar essa ou aquela medida e modelo econômico, ele está pautado por determinadas linhas de pensamento e ideologias, que ditam os rumos da economia e da política no país. O governo Temer optou por uma linha que enfatiza o discurso da austeridade fiscal, acima de quaisquer demandas sociais, e é isso, em última análise, que está em jogo.

Medidas de responsabilidade fiscal são necessárias e bem-vindas em alguns casos, mas, da forma como foi implementado no Brasil, destoam de iniciativas semelhantes em outros países. A decisão de limitar os gastos olhando a economia apenas sob uma ótica fiscalista, ignora a necessidade de investir em políticas públicas para grande parte da população.

RC: Existem outras alternativas para vencer a crise econômica que atravessa o país, além do congelamento dos investimentos públicos?

RM: Sim, nós temos alertado, como foi o caso da Reforma da Previdência, que o governo estava fazendo um ajuste apenas do lado da despesa e focando nos investimentos sociais, quando deveria, também, olhar para o lado da receita e, por exemplo, tributar os mais ricos, as grandes fortunas, as heranças e promover o fim das desonerações fiscais para diversos segmentos. Os movimentos sociais têm cobrado com insistência que o governo passe a tributar àquelas que têm condições de contribuir e desonere o consumo, que no Brasil tem uma alta carga tributária.

Acompanhei o lançamento da Reforma Tributária Solidária durante o Fórum Internacional Tributário, e

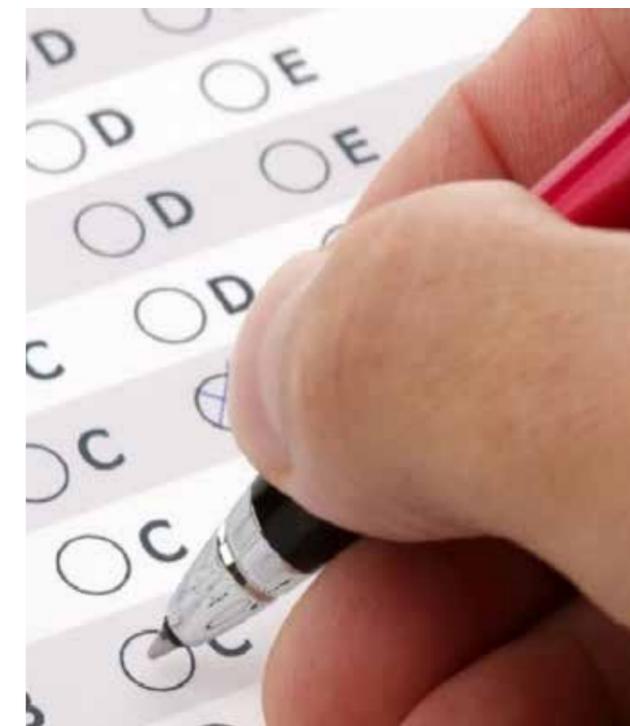
vimos com bons olhos essa iniciativa que tem sido pautada nos debates presidenciais. O caminho foi aberto pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) e Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco) ao apresentarem a proposta. Vamos ver se o próximo governo tem lucidez para implantar um projeto dessa natureza.

RC: Como a EC 95 afeta a entrada de novos servidores e o prosseguimento de suas carreiras?

RM: A EC 95 já produz um efeito muito negativo para o serviço público, na medida em que não há margem orçamentária para a contratação de novos servidores. É por essa razão que o governo vem anunciando a intenção de reduzir a remuneração inicial de entrada em diversas carreiras da área pública, com a finalidade de usar uma margem que eventualmente apareça no orçamento para novas contratações, uma vez que o gasto público foi engessado pelo período de 20 anos.

A folha de pagamentos já apresenta um crescimento vegetativo por conta de aposentadorias, necessidade de novos servidores e progressão nas carreiras, que por sua vez pode consumir o percentual decorrente da inflação do ano anterior, ou seja, é clara a impossibilidade de contratações futuras no setor público.

Temos alertado que existem alguns mitos relacionados ao serviço público no Brasil. Um deles é que se gasta muito e que a máquina está inchada. Nós demonstramos por meio de estudos científicos que nem se emprega muito e nem se gasta em demasia. O percentual de empregabilidade no setor público





em relação à massa de trabalhadores está em torno de 12%, enquanto nos países que compõem a Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), esse percentual chega a 21 e 22%. Países como os Estados Unidos e o Reino Unido, por exemplo, têm 16% da empregabilidade no setor público.

Quando se diz que no Brasil a máquina está inchada, revela-se o desconhecimento da correlação que existe entre empregabilidade do setor público no Brasil e em outros países.

Outro mito refere-se à ideia de que se gasta muito com o funcionalismo no país, entretanto, se avaliarmos somente a União, verificamos que o gasto pessoal em relação ao PIB no ano de 2002 foi de 4,8% - enquanto em 2015 atingimos apenas 4,2%, ou seja, houve uma redução progressiva do investimento em pessoal na esfera Federal desde 2002.

Precisamos desmistificar os mitos e conscientizar a sociedade que o Brasil precisa, na verdade, é de mais servidores e mais investimentos para oferecermos serviços públicos de qualidade para a população.

RC: Como o Fonacate atuou em meio à agenda reformista do governo?

RM: O Fonacate foi uma das forças mais atuantes, por exemplo, contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287 que tratou da reforma da Previdência. Várias das nossas entidades com expertise, como foi o caso da Anfip na área previdenciária ou mesmo a Fenafisco na área tributária, nos subsidia-

ram com material para que pudéssemos enfrentar o debate no espaço público.

“Este governo não tem legitimidade para propor reformas.”

Houve dezenas de audiências públicas na Câmara e no Senado e em todas elas nós mostramos que a proposta do governo estava equivocada. Reconhecemos que mudanças precisariam ser feitas no sistema de Seguridade Social, mas por meio de ajustes capazes de honrar as aposentadorias e pensões.

Enfrentamos a tentativa de reforma previdenciária com muita determinação, muito rigor e conseguimos vencer o governo Federal, que em 2017 aplicou 100 milhões de reais, com propaganda em prol do desmonte da Previdência. Fomos uma das forças mais atuantes também contra a reforma trabalhista. O ministro do Trabalho, em 2017, emitiu uma portaria que relativizava o conceito de trabalho escravo no Brasil, trabalhamos ao lado de uma de nossas afiliadas, o Sindicato Nacionais dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), e conseguimos a regulação da portaria.

Em diversas ocasiões, o Fórum foi chamado para enfrentar medidas provisórias, emendas constitucio-

nais, projetos de lei, a exemplo do Projeto de Lei do Senado (PLS) 116/2017, que versa sobre a ameaça à estabilidade no serviço público, projeto que conseguimos suspender.

RC: Qual é a avaliação do Fórum sobre as reformas propostas pelo governo Temer?

RM: Este governo não tem legitimidade para propor reformas que tenham como plano de fundo a entrega do Estado brasileiro para as corporações, para o mercado, como foi o caso da reforma trabalhista e a tentativa de reformar a Previdência, por meio de projeto escrito por alguém que era conselheiro de administração da BrasilPrev (Marcelo Caetano), que é a maior empresa de Previdência complementar no Brasil.

As privatizações que estão acontecendo e estão na agenda até o final de 2018, em passos acelerados, juntamente com as reformas, estão sendo realizadas por um governo que não foi eleito para isso, e consubstanciam a entrega do Estado brasileiro para o mercado e para a especulação financeira, inclusive um projeto de entrega para o capital internacional.

RC: Quais são as consequências para as relações entre empresários e empregados após a reforma trabalhista?

RM: A reforma trabalhista aprovou a prevalência do negociado sobre o legislado, ou seja, o que consta no acordo coletivo tem preponderância sobre a lei. É bem verdade que juízes do Trabalho mais progressistas têm feito um esforço, como se fosse hermenêutico, para salvaguardar os mais fracos, que são os empregados, mas da forma como foi concebida, a reforma cria uma desigualdade ainda maior, na medida em que, na mesa de negociação os empregadores têm poder maior para inserir nas convenções aquilo que eles entendem por correto, degradando as relações e sujeitando os empregados à opressão no mundo do trabalho.

RC: Como podemos interpretar a “flexibilização” das leis trabalhistas?

RM: Isso reflete uma precarização sem limites, agora avalizada pelo Supremo Tribunal Federal, que considerou a terceirização possível até em atividades-fim. Ou seja, as universidades vão poder contratar professores por determinado período, para cumprir determinada função e ao findar essa atividade eles serão despachados, inclusive sem maiores compromissos por parte dos empregadores.

Flexibilização é um eufemismo para o termo precarização absoluta das relações de trabalho no Brasil, é o que nós estamos vendo e contra isso temos que fazer um movimento integrado e conjunto de toda a população, sindicatos, movimentos sociais e ainda tentarmos reverter tudo que foi feito pelo Congresso sem muito debate com a sociedade. A nossa grande tarefa em 2019 será reverter tudo o que foi feito.

RC: A recém-aprovada reforma trabalhista veio para enfraquecer o movimento sindical?

RM: Sim, ela contemplou o fim do imposto sindical resultando no fechamento de inúmeras entidades que não têm recursos para se manter. Vimos isso também na tentativa de reformar a Previdência, quando entidades de classe do setor público consolidadas, com uma arrecadação regular, e independentes de imposto sindical, ficaram quase que isoladas na luta contra a PEC 287, enquanto os sindicatos da esfera privada já estavam sendo afetados pela quebra da arrecadação. Sem os sindicatos, os trabalhadores ficarão desassistidos.

RC: Como vocês enxergam a possibilidade de terceirização da atividade-fim e como esse ponto pode atingir o serviço público?

RM: Já há parcela significativa do serviço público terceirizado, nós temos diversos segmentos que foram objeto de terceirização na área administrativa, de logística, de limpeza, segurança. Agora estão tentando dar um passo além e privatizar, inclusive, atividades-fim não só na iniciativa privada, mas também no setor público e já há alguns casos, por exemplo, na administração tributária municipal, em que essa área importante e de atuação exclusiva do Estado está sendo entregue para a exploração da iniciativa privada.

Não podemos permitir que isso aconteça, será também uma das batalhas que iremos travar em 2019, pois está clara a intenção do governo federal de terceirizar de forma irrestrita as atividades-fim não só na iniciativa privada como também no setor público.

Em recente conversa com o ministro do Planejamento, Esteves Pedro Colnago, ele afirmou com todas as letras que há uma intenção clara do governo de contratar servidores de forma temporária e optar muito mais pelas terceirizações com a realização de concursos, apenas em último caso. De forma explícita essa é a intenção.

RC: A terceirização forja a precarização do mundo do trabalho?

RM: A terceirização é a própria precarização, porque não havendo vínculo empregatício entre o contratante e o prestador de serviços, ele vai muitas vezes buscar os seus direitos contra uma empresa que já até deixou de existir, empresas terceirizadas são rápidas para buscar contrato com o Estado, mas muito lentas no reconhecimento dos direitos trabalhistas e às vezes nesse processo recebem e deixam de pagar os trabalhadores e criam um imenso problema social, ainda mais após a decisão recente do STF.

Uma leitura alienada na verdade, foi feita pelo STF



no sentido de permitir a terceirização ampla e irrestrita sem considerar todos os problemas sociais que ela ocasiona.

RC: Como o Fórum avalia o cenário atual e a conjuntura política brasileira?

RM: Estamos vivendo a pior conjuntura política desde a redemocratização do país, com um agravante que hoje nós não conseguimos enxergar uma saída no horizonte. Os brasileiros estão sem esperança que a classe política possa trazer respostas para os vários problemas sociais, econômicos, fiscais, que nós estamos vivendo.

Uma conjuntura muito difícil, que, talvez, nem mesmo as eleições possam apontar para uma saída da crise e a depender dos eleitos poderá haver um acirramento da crise política que está na gênese das outras crises, ou seja, sem estabilidade política é muito difícil que a economia se recupere, que haja uma recuperação fiscal.

É bem verdade que há uma tentativa dos movimentos sociais e entidades de classe de renovar o Parlamento e levar para o Congresso representantes comprometidos com o Estado, mas o cenário é difícil pois reforma política que houve em 2017, pavimentou o caminho para a manutenção da classe política nos atuais cargos, ou seja, dificultou a renovação. Quem está no Congresso, hoje, é o responsável direto ou indireto por tudo o que está acontecendo no país. Como a renovação será pequena só há indícios de que a crise poderá se estender pelos próximos anos.

RC: Com a aproximação das eleições, o que nós brasileiros devemos fazer para eleger

mandatários que representem realmente os interesses da nossa sociedade?

RM: Desde que o governo foi tomado por meio do impeachment, com o aval do Judiciário e segmentos do mercado, muitos males se abateram sobre o país, só que diferentemente da caixa de pandora, que havia no fundo a esperança, parece que a gente não encontra uma vacina para todos esses males.

O voto continua sendo um instrumento importante de mudanças, só que esse pessoal que tomou o governo e o país de assalto se preveniu contra essa mudança na reforma política com encurtamento do tempo das campanhas e com a centralização da distribuição do fundo partidário pelos donos de partido - porque no Brasil os partidos têm dono. Nós estamos lidando com profissionais da política, pessoas que têm experiência de décadas na vida pública e infelizmente não utilizam essa experiência para o bem comum, mas para interesse próprio das suas empresas ou dos interesses que representam no governo ou no Congresso.

RC: Diante da atual crise política, qual é a importância de se conscientizar a sociedade sobre o uso do voto como instrumento de mudança?

RM: Os servidores públicos no Brasil são mais de 12 milhões, se nós contarmos um número de 3 a 4 pessoas por família, nós chegaríamos a 50 milhões, quer dizer, a gente quase elege um presidente da República se votarmos em bloco. O grande problema é que, com a divisão que hoje existe na sociedade: os conflitos políticos e partidários fazem com que os servidores dificilmente votem nos mesmos candidatos.

Observa-se no serviço público uma divisão semelhante à que acontece na sociedade em geral. O nosso tra-

balho tem que ser o de alertar esse contingente de servidores e as suas famílias, que eles precisam antes de digitar o número dos seus candidatos na urna eletrônica, terem feito um trabalho de análise do histórico do parlamentar, suas propostas, ou se se trata de alguém que está entrando agora na política, ver realmente quais são seus compromissos.

O que acontece na maioria das vezes é que os servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada acabam elegendo parlamentares que vão votar contra o serviço público, contra os diretos trabalhistas. O mínimo de atenção e cautela é fundamental para que tenhamos ao menos alguns representantes comprometidos com os trabalhadores e com as causas sociais no Congresso Nacional.

RC: Como o sr. avalia a participação política dos servidores públicos, no processo eleitoral de 2018? Explique o cerne da Carta de Princípios, elaborada pelo Fonacate.

RM: Nós lançamos uma Carta de Princípios que foca basicamente em duas preocupações: fortalecer o Estado, por meio da manutenção de direitos e garantias constitucionais e aprimorar o serviço público. Para tal, buscamos por candidatos comprometidos com essas pautas. Como no Brasil os índices de desigualdade social são os mais elevados do planeta, é fundamental que o Estado

atue com força para reduzir as iniquidades e aprimorar o atendimento à população mais desassistida.

A nossa Carta de Princípios dá uma diretriz para que na hora do voto o servidor possa avaliar que candidato se comprometeu com suas premissas, firmando compromisso com o fortalecimento do Estado e com a qualificação do serviço público, e quem sinalizou comprometimento com o mercado, com a especulação financeira e com um ajuste fiscal que prejudica a prestação de serviços públicos ao mesmo tempo em que garante a farra financeira dos bancos com o dinheiro público.

“Ansiamos que cada cidadão avalie a vida pregressa dos candidatos.”

Esse é o cuidado que temos que ter na hora de votar e essa é a participação que se espera dos servidores públicos. Ansiamos que cada cidadão dedique um tempo para a avaliação da vida pregressa dos candidatos e das suas propostas, para se conhecer o histórico de vida e de atuação daqueles que despertarem a confiança de seu voto.





PLATAFORMA VIRTUAL APONTA DESEMPENHO PARLAMENTAR NO CONGRESSO NACIONAL

Com a aproximação das eleições, aumenta no brasileiro a expectativa por mudanças no cenário político e econômico do país. Desacreditados, muitos eleitores continuam indecisos, convencidos pela ideia de que a corrupção é intrínseca à política nacional. Ainda, as eleições deste ano determinarão o futuro do Legislativo e do Executivo para os próximos quatro anos, motivo pelo qual é fundamental que o eleitor conheça seu candidato, suas propostas e sua atuação no Parlamento, no caso daqueles políticos que pretendem a reeleição.

Nesse contexto e com o objetivo de apresentar à sociedade um amplo diagnóstico do Congresso Nacional, o Laboratório de Estudos Político-sociais (Labep), lançou em junho de 2018 a plataforma virtual e-Ranking Cidadão, uma ferramenta de monitoramento e análise do trabalho parlamentar, para auxiliar o brasileiro a avaliar o desempenho de seus representantes nas Casas de Lei.

A pesquisa analisou os 594 parlamentares da Câmara dos Deputados e do Senado Federal acerca de temas que trouxeram mudanças significativas para a sociedade brasileira como reforma trabalhista; Terceirização; Alterações na concessão do Seguro-desemprego; Pensão por morte e auxílio-doença; Teto dos Gastos Públicos e exploração do Pré-Sal.

Com o e-Ranking Cidadão, o Labep também busca contribuir para ampliar o entendimento sobre as atividades da Câmara e Senado e instrumentalizar a atuação de diversas organizações, entidades sindicais e movimentos sociais.

O cientista político Jorge Ramos Mizael, um dos idealizadores da plataforma, explica que fazer uso do voto consciente é um forte instrumento de participação na política. “Estamos vivendo um momento muito sensível social, política e economicamente. Assim, a única forma legítima e democrática é a participação eleito-

ral cívica. O e-Ranking cumpre o papel de avaliar, de forma transparente, como os parlamentares se envolvem em matérias de impacto. Desse modo, os cidadãos podem e devem analisar cuidadosamente como se posicionaram os atuais representantes e se eles devem ser reeleitos”, esclarece.

O Laboratório de Estudos Político-sociais é formado por profissionais interessados em analisar, elaborar e divulgar estudos sobre a política e os seus impactos na sociedade. O Labep produz pesquisas políticas e socioeconômicas aplicadas relevantes para o desenvolvimento social do País.

Ao acessar o e-Ranking Cidadão o usuário poderá obter informações relativas à atuação dos parlamentares em projetos de lei, medida provisória e outras proposições e identificar por meio do sistema o autor e relator da proposta; os interesses do governo e da oposição; os principais defensores e opositores da matéria, entre outras informações.

TRANSPARÊNCIA E OBJETIVIDADE SISTEMATIZAM O E-RANKING CIDADÃO

O Labep se propôs a oferecer uma metodologia para aferir a influência dos parlamentares, isenta, objetiva e verificável, na medida em que utiliza critérios de análise claros e transparentes. Determinar as condições avaliáveis e atribuir um valor dentro de um universo mensurável para se produzir um ranking, exige além de conhecimento do processo legislativo, mecanismos seguros para realizar tal levantamento.

Dessa forma, os Regimentos Internos de cada Casa e do Congresso Nacional foram adotados como princípios norteadores da pesquisa, partindo do pressuposto de que as instituições têm papel preponderante no processo legislativo, ainda que as medidas não previstas de maneira expressa ou dificilmente mensuráveis, configurem em ações regimentalmente fundamentadas.

A exemplo do requerimento de urgência – muitas vezes construído em reuniões das lideranças com o Presidente da Casa, um instrumento mensurável pode ser resultado de uma medida não mensurável.

Esse arrimo regimental, por sua vez, decorre de outro pressuposto, o binômio discurso resultado. Costuma-se dizer que só é possível fazer política de duas formas: ou pelo discurso ou por ações efetivamente praticadas. Embora as relações entre essas duas esferas sejam muito mais complexas – é preciso partir delas, como tipos ideais weberianos, para estruturar a metodologia.

Na maioria das vezes, a população como um todo ou segmentos dela estão atentos ao que se concretiza. Por outro lado, diversas vezes, e em muitas delas de maneira crucial, o discurso exerce um papel político imperativo sobre o curso das coisas, podendo mesmo ser determinante para a concretização ou impedimento de alguma medida a ser implementada.

Tem sido comum ouvir da própria base aliada que o governo tem perdido a luta política na narrativa, no discurso, o que o tem impedido de implementar sua agenda. Esse tipo de afirmação merece duas ob-

servações. Primeiro, pode indicar que o discurso dificulta ou mesmo bloqueia a efetivação de medidas anunciadas. Mas, em segundo lugar, desconsidera uma característica importantíssima do funcionamento do nosso sistema político: quando o governo tem maioria consolidada no Parlamento, a pressão da sociedade tende a ser pouco relevante.

Levando em conta todos esses aspectos, a metodologia proposta abarca as duas esferas: a da ação e a do discurso, mensurando seu respectivo grau de influência no processo decisório. Assim, o desenho metodológico contempla tanto as ações propriamente ditas – inclusão em pauta, aprovação ou rejeição da matéria etc. – como os discursos traduzíveis em medidas regimentais, como os requerimentos de audiência pública, de adiamento da votação, de retirada de pauta etc.

Uma característica essencial diferencia a metodologia do e-Ranking Cidadão da dos demais rankings: o ponto de partida da avaliação parlamentar não está concentrada no deputado ou senador enquanto tal, isoladamente, mas sim na sua atuação em temas relevantes, de acordo com a sociedade.

A flexibilidade metodológica quanto ao tema permite, por exemplo, uma avaliação setorial: um monitoramento parlamentar para assuntos relacionados à mulher; à segurança pública; à burocracia; ao meio ambiente etc.

Identificados os projetos em tramitação que correspondam aos temas apontados como relevantes, deve-se proceder à identificação dos seguintes atores: Autor da proposição; Relator da proposição; Interesse do governo; Interesse da oposição; Interesse do presidente da Casa; Principais defensores e opositores à matéria.

Os parlamentares, então, são pontuados de acordo com o seu voto e as medidas que tomaram diante de um projeto analisado. Quanto maior seu engajamento na tramitação do projeto, mais pontos ele recebe.



TETO DOS GASTOS INSTITUI NOVO REGIME FISCAL PARA O BRASIL

Em dezembro de 2016, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional 95, decorrente da PEC 55, que estabelece o novo regime fiscal no país. A medida, apresentada ao Parlamento em junho do mesmo ano, instituiu novas regras para os gastos públicos federais nos três poderes – Executivo, Judiciário e Legislativo.

A proposta foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado, com amplo apoio da base. As regras serão válidas por 20 anos, a contar de 2017, com possibilidade de revisão em dez anos. Com o limite para os gastos definidos o governo pretende conter o avanço das despesas públicas e devolver a credibilidade e a confiança à economia brasileira.

Para os opositores do projeto, a EC 95 impõe um regime de austeridade fiscal de longo prazo, fundamentada na redução dos investimentos públicos e do recuo da participação do Estado na promoção do crescimento produtivo e fortalecimento da proteção social.

Em 2017, primeiro ano de vigência da PEC, o teto dos gastos foi definido com base na despesa primária paga em 2016 (incluindo os restos a pagar), com a correção de 7,2%, inflação prevista

para este ano.

A partir de 2018, os gastos federais devem acompanhar a inflação acumulada conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

ESTUDO

O Teto de Gastos Públicos destoa dos outros projetos analisados pela e-Ranking Cidadão por se tratar de uma Emenda Constitucional, cuja aprovação demanda um quórum qualificado para aprovação (3/5 em cada Casa), em dois turnos. Dessa maneira, deve-se proceder a uma análise dupla, uma para cada turno de apreciação.

PRIMEIRO TURNO

No primeiro turno, o índice de ausência na sessão que aprovou a PEC que deu origem ao Teto foi de 6%. Com exceção da região Sul, que registrou 13% de não comparecimento, as regiões tiveram taxa de apenas um dígito: Nordeste e Sudeste tiveram 6% cada, Norte, 3%, e Centro-Oeste, 2%.

Do ponto de vista da votação, verificou-se uma enorme adesão ao governo nessa matéria em todas as regiões, superando facilmente os 3/5 necessários para sua aprovação. Nesse sentido, as regiões Norte e Centro-Oeste registraram, cada uma, 83% de votos favoráveis ao projeto. Em seguida, tem-se a região Sul, com 76% dos votos de seus representantes pela aprovação da PEC. Nordeste e Sudeste tiveram 74% e 75% de votos favoráveis, respectivamente.

Quanto aos partidos, considerando apenas aqueles com mais de dez deputados presentes à sessão, o governo teve o maior índice de adesão entre os projetos avaliados. MDB, PRB, PSDB e o então PTN votaram unanimemente a favor da PEC. DEM, PSD e PTB vieram em seguida, com apenas um infiel à orientação do partido: Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM-TO), Expedito Netto (PSD-RO) e Arnaldo Faria de Sá (hoje filiado ao PP de São Paulo). PP e PR tiveram apenas dois votos contrários cada.

Na oposição, PCdoB e PT votaram de maneira uniforme contra o projeto. O PDT se dividiu: seis parlamentares votaram a favor do projeto e 11 votaram contra.

No primeiro turno, houve duas abstenções: deputados Gabriel Guimarães (PT-MG) e Silas Freire (PR-PI).

Os parlamentares que mais pontuaram nessa matéria, segundo os critérios do e-Ranking Cidadão, foram Patrus Ananias (PT-MG), por ter votado contra o projeto, apresentado mais de 20 requerimentos de audiência pública, quatro emendas e um voto em separado.

Do ponto de vista negativo, Darcísio Perondi (MDB-RS) foi o parlamentar que mais se destacou, por ter sido o relator da matéria na Comissão Especial e no Plenário da Câmara.

No Senado Federal, todos os senadores presentes do DEM e do PSDB votaram com o governo. Na oposição, foi unânime a votação do PT e do PCdoB contrários ao projeto.

Na Casa, os parlamentares melhor e pior avaliados são do Nordeste: Humberto Costa (PT-PE) ocupa a primeira posição, pois votou contra a matéria, apresentou cinco emendas, requereu a realização de quatro audiências públicas, além de ter apresentado requerimento de retirada de pauta do projeto. Na última posição figura o senador Eunício Oliveira (MDB-CE), por ter relatado a matéria na Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ) e no Plenário do Senado.

SEGUNDO TURNO

No segundo turno, o índice de ausência na sessão que aprovou a PEC que deu origem ao Teto foi de 5,8%, a menor média das regiões dos projetos avaliados. Nenhuma região registrou taxa de não comparecimento igual ou superior a 10%. Todos os representantes da Região Centro-Oeste participaram da votação. Norte e Nordeste tiveram 9% de ausência cada uma; e Sudeste e Sul registraram 7% e 4%, respectivamente.

Quanto às votações nominais por região, o mesmo resultado verificado no primeiro turno se repetiu nessa votação. O Centro-Oeste e o Sudeste não registraram nenhuma oscilação percentual. O Sul teve

uma oscilação negativa de dois pontos no número de votos favoráveis, de 76% para 74%; e Norte e Nordeste registraram oscilações negativas de um ponto percentual cada, de 83% para 82% e de 74% para 73%, respectivamente.

Quanto ao comportamento dos partidos, MDB e PSDB continuaram votando uniformemente com o governo. No PRB, somente Lincoln Portela (MG) votou contra o projeto, Portela não havia votado no primeiro turno. No PP, a única divergência foi do deputado Roney Nemer (DF). No PTB, no DEM e no PSD, os mesmos deputados que não seguiram a orientação no primeiro turno, não seguiram também nessa votação: Arnaldo Faria de Sá, Professora Dorinha Seabra Rezende e Expedito Netto.

No segundo turno, também houve duas abstenções: Gabriel Guimarães (PT-MG) e Bebeto (PSB-BA), esse último havia votado favorável à PEC no primeiro turno. Silas Freire, que se absteve na primeira votação, votou contra o projeto no segundo turno.

Os deputados Hissa Abrahão (PDT-AM) e Marcelo Belinati (PP-PR) foram os únicos parlamentares da Câmara que modificaram seus votos entre o primeiro e o segundo turno. Abrahão votou contra a PEC no primeiro turno e a favor dela no segundo; e Belinati fez o contrário.

No Senado Federal, não houve diferença significativa entre o primeiro e o segundo turnos, com apenas uma exceção a ser mencionada: Dário Berger (MDB-SC) foi o único entre os senadores que mudou seu voto: no primeiro turno, ele votou favorável à PEC; no segundo, votou pela sua rejeição.



EC 95/2016 (IN)FELIZ ANIVERSÁRIO!

por Floriano Martins de Sá Neto*

No dia quinze de dezembro de 2018, a Emenda Constitucional 95 – “PEC da Morte” ou “PEC do Teto dos Gastos Públicos” – completará dois anos de vigência. Em síntese, a Emenda congela por 20 anos o investimento público com gastos primários, como saúde e educação, dois dos mais importantes instrumentos de justiça social do país.

Importante aqui refazer algumas considerações dessa que é uma das maiores “aberrações” do governo Temer: (i) “congelar” esses gastos públicos por 20 anos é um grave erro, principalmente se considerarmos que saúde e educação são áreas com enormes carências. Isso é renunciar a um projeto de nação, com acirramento das desigualdades sociais; (ii) é preciso diferenciar aumento do

gasto público de má gestão do gasto público. Há muito mais má gestão do que explosão de gastos; (iii) até 2036, enquanto a população cresce, suas necessidades estarão limitadas a uma Emenda.

Não existe país no mundo com uma regra semelhante válida por duas décadas. Limites para o crescimento de despesas são fixados para alguns anos e têm por base o comportamento do PIB. O aumento dos gastos acompanha o crescimento da receita, grande parte superior à inflação. A conclusão é que o valor mínimo destinado à educação e saúde cairá como proporção das receitas de impostos e também em relação ao PIB, com grave prejuízo para a população de menor renda.

Se o atual governo acha ser

prudente um limitador de gastos, que fosse feito apenas na sua gestão; (iv) a EC contraria a tendência mundial de revisão das políticas de austeridade fiscal dos governos, apontadas como uma causa importante da estagnação das economias a partir da crise mundial de 2008; (v) é certo que temos muitos gastos: salários de ativos e inativos, infraestrutura, etc. Mas pouco se fala que quase metade do orçamento é para pagamentos de juros e amortizações da dívida pública; (vi) também é um grave erro olhar somente o lado das despesas, enquanto se poderia resolver o problema fiscal por meio das receitas. Taxação dos mais ricos, por exemplo.

Diminuir a regressividade do sistema tributário. A partir de 2008, quase 2/3 dos países da

Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE aumentaram a tributação dos mais ricos². Os EUA elevaram as alíquotas máximas do Imposto de Renda dos mais abastados e o Chile tomou medida similar em 2013.

O Brasil é um dos poucos países onde nada se faz quando o assunto é tributar o topo da pirâmide; e (vii) solidificando o argumento de que o problema não está nas despesas, nos gastos, mas no lado das receitas, faz-se saber que a dívida pública aumentou muito, no período recente, em função da significativa queda da arrecadação e em consequência da recessão, das renúncias fiscais e do aumento dos gastos com o pagamento dos juros da dívida pública.

O governo afirma que todos os ajustes são para o bem do Brasil, para retomada do crescimento. Assegura que o esforço das reformas trabalhista e previdenciária são para o bem do trabalhador, para garantir seu futuro. Quanta aleivosia. A EC 95, por exemplo, não contribui para o crescimento, ao contrário, a contenção de despesa provoca a redução, ou mesmo paralisação, dos investimentos públicos em infraestrutura, caminha na contramão da retomada do crescimento. Não precisa entender muito das premissas econômicas para saber que cortes ou ajustes fiscais devem ser feitos em períodos de bonança e não em períodos de grave crise, como a atual.

E nesse aniversário, os parabéns vão para os nossos “hermanos”, que, aos milhares, foram as ruas de Buenos Aires protestar contra a Reforma da Previdência do neoliberal, Macri, aos gritos de: “isso aqui não é Brasil”. Em termos de luta ainda temos muito a aprender com o povo argentino.

(2) Revista Carta Capital, 30/11/2016



Perfil

(*) Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil e presidente da ANFIP.

Iniciou a carreira como Fiscal de Contribuições Previdenciárias do IAPAS, em Cuiabá (MT).

Na ANFIP, é presidente do Conselho Executivo, gestão 2017/2019, cargo que já ocupou no período de 1993 a 1995.

Foi Secretário-Executivo do Ministério da Previdência Social – MPS, em 2004, e também Diretor-Presidente da Fundação ANFIP em dois mandatos (2009/2011 e 2011/2013).

Bacharel em Engenharia Elétrica e atual acadêmico de Direito, com pós-graduação em Administração de Negócios pelo IBMEC e Gestão de Recursos de Defesa pela ESG.

PAGAMENTO DE PENSÃO POR MORTE E AUXÍLIO-DOENÇA EXIGEM NOVOS CRITÉRIOS

Parlamentares conhecidos por lutar em defesa da classe trabalhadora validam o projeto que dificulta acesso aos benefícios previdenciários

Em maio de 2015, o Congresso Nacional aprovou mais uma medida do ajuste fiscal proposto pelo governo da então presidente Dilma Rousseff. Editada no fim de 2014, a Medida Provisória (MP) 664 foi apontada como meio “para evitar fraudes e distorções” nos pagamentos dos benefícios previdenciários pensão por morte e auxílio-doença e uma estratégia para economizar cerca de R\$ 2 bilhões aos cofres públicos.

Na Câmara, o projeto foi aprovado por 277 deputados, somando 178 votos contrários e uma abstenção – vitória tranquila, com uma folga de 98 votos. O Senado consolidou a MP com 50 votos favoráveis a 18 contrários, com apoio irrestrito da base do governo, diferentemente do que houve com a votação da MP 665, que alterava os critérios para concessão dos benefícios trabalhistas seguro-desemprego e abono salarial, aprovada com menor folga no Senado.

PESQUISA

Levantamento do e-Ranking Cidadão mostra que parlamentares com histórico de luta em favor do tra-

balhador reiteraram apoio ao governo e foram inífiéis à sociedade. A pesquisa mostra que o deputado José Guimarães (PT-CE), por exemplo, votou junto com o governo, mas pontuou positivamente, por ter promovido audiências públicas para debater a matéria.

No Senado, nomes como Paulo Paim (PT-RS), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Fátima Bezerra (PT-RN), conhecidos como defensores dos direitos trabalhistas, ajudaram o Planalto a aprovar os novos critérios para acesso aos benefícios previdenciários.

Nos partidos de oposição PSDB e PPS, os parlamentares optaram por acompanhar a orientação do partido e votar contra as mudanças no acesso ao pagamento de pensão por morte.

Na votação, tanto senadores aliados quanto da oposição cobraram do governo o compromisso de não vetar a alternativa ao fator previdenciário, entretanto, em junho de 2015, a presidente Dilma Rousseff vetou o texto que instituía a chamada fórmula 85/95 para cálculo das aposentadorias. No lugar dela, o governo

propôs uma regra de progressividade, com base na expectativa de vida do cidadão. Em nota, o governo alegou que a nova proposta visava “garantir a sustentabilidade da Previdência Social”.

Atualmente a pensão vitalícia por morte concedida para os cônjuges jovens, com menos de 44 anos de idade é temporária e dependerá da sobrevivência do pensionista.

No que versa ao auxílio-doença, as empresas devem pagar os primeiros 30 dias de licença dos seus funcionários e não apenas 15 dias, como era no passado. O cálculo para pagamento do benefício também muda, passando a ser equivalente à média dos últimos 12 salários recebidos.

SAZONALIDADE

O índice de ausência na sessão de votação da medida que restringia o acesso à pensão por morte e ao auxílio-doença é mais ou menos o mesmo entre as regiões. Com efeito, a diferença entre a região com mais e menos ausências é de apenas 3%, entre o Sul (13%) e o Centro-Oeste (10%). Nordeste e Sudeste estão empatados, com 11% e o Norte apresenta uma taxa de não comparecimento de 12%.

No que tange às votações, o Nordeste foi a região que mais contribuiu para a aprovação da matéria, pois 78% de seus deputados votaram favoravelmente. Em contrapartida, a região Sul foi a que mais deu votos contrários, quase se equiparando ao número de parlamentares sulistas que votaram a favor do projeto (52%); em termos numéricos, a votação na região Sul ficou em 35 a 32. De maneira semelhante, no Centro-Oeste, o placar foi de 20 a 17, pela aprovação. Na situação intermediária, estão as outras duas regiões: Sudeste, com 62% e Norte, com 60% de seus votos em favor da matéria.

PARTIDOS

Sob a perspectiva partidária, deve-se lembrar que as principais forças em jogo são inversas às atuais: no momento em que foi votado o projeto em tela, o Executivo estava sob Dilma Rousseff, portanto, o seu núcleo consistente de apoio (PT e PCdoB, por exemplo) hoje faz parte da oposição. Enquanto que os principais partidos que faziam oposição ao governo naquele momento (PSDB e DEM, por exemplo), hoje apoiam o atual governo, ainda que apenas programaticamente, isto é, ajudando na aprovação de seus projetos.

Além desses blocos, há os partidos que compõem o chamado “Centrão”, grupo político heterogêneo que geralmente vota com o governo em sua

maioria, mas que permite posições divergentes da orientação.

Do lado governista, o PCdoB foi o partido mais fiel ao governo: seus doze parlamentares presentes à sessão votaram favoravelmente ao projeto. No PT, o deputado mineiro Weliton Prado (hoje filiado ao PROS) votou contra a matéria. Dos partidos do Centrão, o PRB foi o mais fiel, votando unanimemente com o governo; no PR, somente o deputado Paulo Freire (SP) votou contra a orientação de sua legenda. O PDT, apesar de sua afinidade ideológica com o governo de então, votou unanimemente contra a matéria.

Na oposição, o PSDB foi o único partido cujos deputados presentes à sessão votaram de maneira uniforme contra o projeto. No DEM, quatro dos 13 deputados presentes votaram com o governo.

COLOCAÇÃO

O e-Ranking Cidadão mostra que tanto o primeiro quanto o último colocado do ranking pertencem ao PT. O deputado José Guimarães (CE) aparece em primeiro, apesar de ter votado pela aprovação da matéria, porque promoveu a realização de três audiências públicas, abrindo o Parlamento à sociedade para discussão da matéria. Por outro lado, o deputado Carlos Zarattini (SP) aparece na última posição, por ter sido o relator do projeto na Comissão Mista que a analisou e no Plenário da Câmara.

No Senado Federal, a distinção entre oposição e governo é ainda mais nítida, pois todos os votos contrários à matéria vieram de partidos ou de senadores opositores. Da perspectiva dos votos favoráveis, por seu turno, houve senadores que não eram exatamente da base aliada, mas que votaram com o governo, são eles: José Medeiros (PODE-MT) e Lúcia Vânia (PSB-GO).

Apesar de muitos defensores dos direitos dos trabalhadores terem votado pelo endurecimento das regras de acesso aos benefícios previdenciários, dois deles ocupam as primeiras posições do ranking: José Pimentel (PT-CE), por ter promovido audiências públicas sobre a matéria; e Paulo Paim (PT-RS), por ter apresentado 30 emendas à medida provisória, no intuito de amenizar as regras vindas do Executivo.

Segundo os critérios do e-Ranking Cidadão, os senadores Telmário Mota (PTB-RR) e Romero Jucá (MDB-RR) compartilharam a pontuação da relatoria da matéria. Embora o primeiro fosse o relator titular, por assim dizer, o senador Jucá foi designado pelo presidente da Casa para ser o relator *ad hoc* em Plenário.



AJUSTE FISCAL RESTRINGE O ACESSO AO SEGURO-DESEMPREGO

Em 2015 o Congresso Nacional aprovou a MP 665. O projeto tornou mais rigoroso o acesso a direitos trabalhistas, modificando as regras de concessão a benefícios como o seguro-desemprego. A medida editada em dezembro de 2014 fez parte do esforço do governo da ex-presidente Dilma Rousseff para implementar o ajuste fiscal como estratégia para reequilibrar as contas públicas.

A vitória apertada na Câmara se deu por 252 votos a 227. No Senado, 11 parlamentares da base governista votaram contra, entre eles Walter Pinheiro (BA), Lindbergh Farias (RJ) e Paulo Paim (RS).

Pelo texto aprovado, o trabalhador precisa comprovar na primeira solicitação, o recebimento de 12 salários nos 18 meses anteriores à demissão. No segundo pedido, deverá ter recebido nove vencimentos nos 12 meses anteriores à dispensa. A partir da terceira solicitação, a proposta se mantém igual à regra anterior, exigindo apenas a comprovação de seis meses trabalhados.

A versão original da MP previa a comprovação de 18 salários em 24 meses para o primeiro pedido e de 12 salários em 16 meses no segundo requerimento, restringindo ainda mais o direito ao benefício.

À época das discussões, além da contenção de gastos, o governo defendeu a medida como forma de limitar a “farra” promovida pela era demissões sem justa causa. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que somente em 2014, o número de pedidos de seguro-desemprego de trabalhadores formais chegou à 8,8 milhões, causando uma elevada rotatividade da mão de obra e ainda, um esvaziamento em torno de 34,4 bilhões de reais nos cofres públicos

NORDESTE GARANTE A APROVAÇÃO

Em levantamento feito pelo e-Ranking Cidadão verifica-se que os principais apoiadores do projeto no Congresso eram parlamentares representantes do nordeste - região que segundo o IBGE atingiu no primeiro semestre de 2015 taxa de desemprego de 9,6%. Dos 179 parlamentares que representam a região, 109 votaram a favor da matéria, ou seja, contrários à realidade do índice de pessoas que estavam sem emprego.

A sessão que a aprovou novas regras para o acesso ao seguro desemprego foi a segunda sessão que teve menos ausência dos deputados, 6,8%. A região Norte foi a que registrou maior índice de não comparecimento (9%), seguida pela região Centro-Oeste (7%). Nordeste, Sudeste e Sul ficaram empatados com 6% cada.

Considerando os votos nominiais por região, pode-se dizer que Nordeste e Norte tiveram importância fundamental na vitória apertada do governo nessa matéria, pois 60% e 58% de seus representantes, respectivamente, votaram pela aprovação do projeto. As regiões Centro-Oeste e Sul rejeitaram, com 55% cada uma, a medida do governo. No Sudeste, o placar ficou empatado, com 84 votos favoráveis e 84 contrários.

Analisando o comportamento partidário (das legendas com mais de 10 deputados na sessão), verificou-se um resultado semelhante à votação da medida que restringia o acesso à pensão por morte e auxílio-doença. Do lado da oposição, PSDB e PPS votaram unanimemente contra o projeto.

Entre os governistas, o então deputado petista Weliton Prado (MG) continuou como o único infiel à orientação de sua legenda; no PCdoB, somente dois dos 13 deputados presentes votaram contra o governo: o paranaense Aliel Machado (hoje filiado ao PSB) e o gaúcho João Derly (hoje nos quadros da REDE). O PDT repetiu a postura tomada na votação da pensão por morte e rejeitou de maneira uniforme o projeto do governo, apesar da afinidade ideológica.

DESEMPENHO

No e-Ranking Cidadão, as posições antagônicas dos deputados foram ocupadas por um parlamentar do Sudeste em primeiro lugar, Paulo Pereira da Silva (SD-SP), que votou contra a matéria, além de ter apresentado três emendas e requerido uma audiência pública para discuti-la. Na última colocação está uma deputada do Nordeste, Gorete Pereira (PR-CE), por ter sido a relatora da matéria na Comissão Mista e no Plenário da Câmara.

No Senado Federal, a distinção nítida verificada entre oposição e governo na votação da MP 664, foi consideravelmente reduzida, pois muitos parlamentares da base governista votaram contra o projeto, entre eles, Lindbergh Farias (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS) e Walter Pinheiro (Sem partido-BA).

Esse comportamento dos senadores levou a uma vitória muito apertada para o governo, uma vez que a diferença entre os votos favoráveis e contrários à matéria foi apenas sete.

Segundo o e-Ranking Cidadão, os parlamentares melhor e pior avaliados nessa matéria são do PT: José Pimentel (PT-CE) ocupa o primeiro lugar por ter promovido audiências públicas e solicitado a retirada de pauta da matéria, apesar de seu voto favorável; e Jorge Viana (PT-AC), por ter sido o relator do projeto no Plenário do Senado.



SUPREMO LIBERA A TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA NO PAÍS

O STF decidiu por maioria, em agosto de 2018, pela constitucionalidade da terceirização irrestrita de todas as atividades do mundo do trabalho, incluindo a atividade-fim. A liberação, com a chancela da Justiça, reforça a Lei nº 13.429/2017, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Michel Temer no ano passado.

Segundo o entendimento da maioria dos Ministros do Supremo, a terceirização não precariza os direitos trabalhistas, uma vez que a forma de contratação não

fragiliza a proteção ao trabalhador. A Corte defendeu que eventuais abusos devem ser punidos com rigor e que a empresa seja responsabilizada ao contratar uma terceirizada que cometa irregularidades.

Amplamente criticada pela oposição, a validação da terceirização pela base governista, por 231 votos favoráveis, 188 contrários e oito abstenções reflete, segundo as Centrais sindicais, uma política de retirada de direitos, que, na prática, representa a morte do emprego formal no Brasil,

ameaças aos concursos, o sucateamento dos serviços públicos e o fim de todas as garantias trabalhistas conquistadas ao longo de décadas.

A alteração na lei em 2017, tida como uma das prioridades da agenda do governo, foi alcançada com a aprovação do relatório do deputado Laercio Oliveira (PP-SE), o qual, conforme avaliação de desempenho do e-Ranking Cidadão, também teve posicionamento favorável em matérias como Teto dos Gastos e reforma trabalhista. A plataforma aponta

que os partidos de oposição foram quase unânimes na votação contra o projeto, com exceção do deputado Carlos Eduardo Cadoca (PDT-SE), que votou pela sua aprovação.

PESQUISA

De acordo com o levantamento feito pelo Labep, o projeto que ampliou Terceirização foi o segundo com a maior taxa de ausência na sessão que a aprovou, atingindo 17,4% de não comparecimento.

A região Nordeste, líder em

ausências nas votações analisadas, chefia também as ausências na votação da Terceirização, com 21%. As regiões Sudeste e Sul apresentam uma taxa similar entre si, com 18% e 19%, respectivamente, acompanhadas pelas regiões Centro-Oeste (15%) e Norte (14%).

Observadas pelo ângulo das votações nominais, as regiões apresentaram um comportamento muito semelhante: houve maior equilíbrio entre os votos favoráveis e contrários à matéria.

Nenhuma das cinco regiões, por exemplo, teve mais de 60% dos votos favoráveis à Terceirização; de fato, a região que mais aproximou desse índice foi a Norte, com 59%. A região em que mais houve equilíbrio de forças foi a região Sul, onde 53% dos seus deputados votaram pela aprovação da matéria.

LEGENDA

No que concerne à atuação por partido (os que tinham pelo menos dez deputados na sessão), a adesão ao governo diminuiu consideravelmente, face aos outros projetos analisados. No caso da Terceirização, nenhum partido da base aliada votou integralmente com o governo. Nem mesmo o DEM, um dos principais fiadores dos interesses do Planalto, garantiu que todos os seus parlamentares votassem a favor do projeto. Dos 25 presentes à sessão, 15 foram favoráveis, sete foram contrários e dois se abstiveram (o presidente da Casa, por disposição regimental, não vota). Na mesma linha, o PSDB e o PMDB também se dividiram: com 44 deputados cada, 33 de cada partido votaram a favor da matéria.

Do lado da oposição, manteve-se constante o comportamento: PT e PCdoB votaram unanimemente contra a matéria; e o PDT, mais uma vez, teve o deputado Carlos Eduardo Cadoca (PDT-PE) como infiel à orientação da legenda.

CONGRESSO

Por se tratar de uma matéria antiga, proposta em 1998, houve

muitas mudanças na composição da Câmara dos Deputados. Além disso, muitos parlamentares não atuaram na tramitação do projeto, porque ele estava praticamente adormecido desde que retornara do Senado, em 2003. Dessa maneira, não se verificou muito interesse pela proposição, até que o governo Temer resgatasse esse projeto e o colocasse em votação de maneira acelerada.

Sendo assim, o processo que levou à aprovação da matéria não foi linear, com muitas idas e vindas, vários textos propostos, abandonados e/ou rejeitados, até que se chegasse ao parecer do relator Laercio Oliveira (PP-SE), aprovado em Plenário em 2017. Vale observar, porém, que entre os parlamentares que mais se engajaram em sua tramitação, a maioria é do Nordeste: do lado da oposição, André Figueiredo (PDT-CE), Luiz Couto (PT-PB) e Weverton Rocha (PDT-MA); e, do lado governista, Pedro Fernandes (PTB-MA), Paes Landim (PTB-PI) e o relator, supracitado.

Quanto ao Senado Federal, a análise é ainda mais complexa, devido ao fato de que o projeto terminou sua tramitação naquela Casa ainda em 2002. Não fosse isso o bastante, não houve votação nominal da matéria em Plenário, tendo sido adotado o substitutivo oferecido pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Considerando esses aspectos, dos senadores que tiveram envolvimento com a tramitação da matéria, apenas três estão em exercício na atual Legislatura: Romero Jucá (MDB-RR), relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE); João Alberto Souza (MDB-MA), responsável por um requerimento que solicitava que a matéria fosse apreciada pela CAE e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), além da CAS; e Edson Lobão (MDB-MA), então presidente do Senado.



REFORMA MODIFICA A LEGISLAÇÃO TRABALHISTA

Sob o argumento de desburocratizar as relações de trabalho, a reforma trabalhista, aprovada em julho de 2017, aprofundou as divergências entre as associações patronais e trabalhadores. Enquanto o setor produtivo defendia mudanças na legislação, as centrais sindicais mobilizavam esforços para conter as alterações, sob a justificativa de que a aprovação do projeto, além de precarizar as condições laborais e retirar direitos, fragilizaria sindicatos e assalariados.

Mobilizações e protestos não frearam a tramitação da matéria priorizada pelo governo do presidente Michel Temer, aprovada na Câmara por 296 votos a 177 e validada pelo Senado com 50 votos favoráveis, 26 contrários e apenas uma abstenção. A proposta alterou mais de 100 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mudando as regras que versam sobre a jornada, férias e planos de carreira, além de regulamentar novas modalidades de trabalho, como o home office e o intermitente.

Após a validação da reforma, o governo continuou defendendo as mudanças implementadas como aperfeiçoamento da legislação para corrigir distorções, facilitar contratações e combater a alta taxa de desemprego no país. Os críticos do projeto, por sua vez, afirmam que a lei em vigor enfraquece a Justiça do Trabalho, na medida em que limita o recurso ao Judiciário em questões trabalhistas.

ANÁLISE

Segundo pesquisa realizada pelo Laboratório de Estudos Políticos-sociais (Labep), a taxa de ausências na votação nominal da proposta por parlamentares das regiões Norte e Nordeste do país correspondeu a 9%. No Centro-Oeste o percentual foi de 5%. As regiões Sul e Sudeste atingiram 7% cada.

O levantamento aponta que entre os deputados do Norte, 73% votaram pela aprovação do projeto, o maior índice regional de adesão ao governo. No Centro-Oeste, o índice foi semelhante: 72% dos deputados da região votaram pela aprovação da matéria.

Sudeste e Sul aparecem empatados, em termos proporcionais, na adesão ao governo: 61% dos representantes de cada região foram favoráveis ao projeto.

No Nordeste, por sua vez, verificou-se a maior resistência ao projeto, tendo 41% de seus deputados votado contra a matéria, não obstante sua relatoria ter ficado a cargo de um repre-

sentante da região, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN).

LEGENDA

Do ponto de vista partidário, considerando todos os partidos com pelo menos 10 parlamentares presentes, o índice de adesão ao governo foi menor do que o observado em outros projetos, devido à própria natureza polêmica da Reforma Trabalhista. Entre os partidos da base aliada, somente o DEM apoiou integralmente a proposta, com todos os seus parlamentares votando a favor do projeto. Até no PSDB, partido ao qual coube a relatoria da matéria houve uma exceção: a deputada Geovania de Sá (GO) votou contra o projeto.

Do lado da oposição, todos os deputados do PT e PCdoB presentes à sessão votaram contra a matéria. No PDT, mais uma vez, o único deputado que contrariou a orientação partidária, foi Carlos Eduardo Cadoca (PE), votando com o governo. O PSB foi a legenda que mais se dividiu em relação à matéria: dos 30 deputados presentes à sessão, 14 foram contra o projeto e 16, a favor.

RESISTÊNCIA X APOIO

No Senado Federal, a oposição teve um papel relevante na tramitação da reforma trabalhista, especialmente para dificultar a sua aprovação. Nesse sentido, cabe destacar o engajamento do senador Paulo Paim (PT-RS), único parlamentar que teve um voto em separado aprovado numa comissão permanente, considerando os projetos avaliados pelo Labep.

Além disso, outros senadores da oposição tiveram atuação intensa apresentando emendas, destaques e requerimentos de audiência pública para discussão da matéria. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), por exemplo, apresentou 43 emendas ao projeto.

Do lado governista, por seu turno, é proeminente a atuação do senador Romero Jucá (MDB-RR), que foi o relator da matéria nas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJ), além de ter sido o relator do projeto no Plenário da Casa. É curioso notar que Jucá foi o relator de quase todas as matérias analisadas pelo e-Ranking Cidadão, com exceção apenas da Medida Provisória que restringiu o acesso ao Seguro-Desemprego e da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que instituiu o Teto de Gastos Públicos.

“[...] Na primeira noite eles se aproximam e roubam uma flor do nosso jardim E não dizemos nada. Na segunda noite, já não se escondem; pisam as flores, matam o nosso cão, e não dizemos nada. Até que um dia, O mais frágil deles entra sozinho em nossa casa, rouba-nos a luz, e, conhecendo nosso medo, arranca-nos a voz da garganta. E já não podemos dizer nada. [...]”

Eduardo Alves da Costa

OS MUITOS NÓS NA GARGANTA DO TRABALHA(DOR)

por Caroline Sena*

A história da humanidade está intimamente ligada ao conceito de trabalho e, segundo a Bíblia, Adão, o primeiro homem a povoar o planeta Terra, foi quem primeiro o vivenciou. Da leitura do livro de Gênesis consta o decreto Divino de que, da terra, ele retiraria o sustento necessário para todos os dias de sua vida. Mas nem mesmo Adão poderia imaginar quão sorrateiros eram os planos para o direito do trabalho no século XXI.

Foram necessários vários anos de greves, manifestações, exílio e morte para Consolidar as Leis do Trabalho, em 1943. O Brasil, sob o comando de Getúlio Vargas, vivia o fim da República Velha.

Com o enfraquecimento da ditadura, o espírito de luta tomou fôlego e ressurgiu, mas a década de 80, tão impulsionada pela militância, também foi palco de uma transição perigosa para o mundo do trabalho, fundada no neoliberalismo, que tinha fome de retirada de direitos e sede de privatizações.

Não parece redundante dizer que, em pleno século XXI, se está a reviver as lutas e as pautas do século passado. A mãe, outrora gentil, foi responsável por implementar uma série de pacotes de maldades, capaz de causar inveja aos maiores roteiristas de filme de terror. Dormia a nossa pátria mãe tão distraída,

sem perceber que era subtraída em tenebrosas transações¹.

O projeto de terceirização, a reforma trabalhista e a reforma da previdência são o retrato do maior desmonte pretendido por um Estado que se intitula Democrático de Direito. Democracia para o capital. Direito para o empresariado. E dor para o trabalha(dor).

A dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho, fundamentos da República Federativa do Brasil, foram covardemente ignorados, como se não constassem do texto constitucional. Os “fatores reais de poder” conseguiram transformá-los em simples folha de papel. Não se pode dizer que Ferdinand Lassalle não advertiu.

A sequência de golpes ao primado do trabalho não pretendeu ser suave. E, a aprovação da terceirização, de forma ampla e irrestrita, recentemente ratificada pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 324 e no Recurso Extraordinário (RE) 958.252, constitui uma afronta, não apenas à Justiça do Trabalho, mas à própria democracia, quer pela ausência de diálogo com os setores envolvidos, quer pela ausência de transparência do parlamento brasileiro, à época de sua votação.

A terceirização, permitida também nas atividades-fim de uma empresa, legitima a precarização do mundo do trabalho e esfaca as perspectivas das gerações vindouras, cujas inserções no mercado poderão se dar da forma mais indigna possível.

Em outras palavras, a contratação poderá se dar sem a garantia de férias, décimo-terceiro, licença-maternidade, abono salarial e outros direitos trabalhistas. A ampliação do trabalho temporário, de três para nove meses agrava ainda mais esse cenário.

Muitos são, portanto, os nós na garganta verde e amarela. E muitos são os argumentos falaciosos de um governo que transfere para o trabalha(dor) a sua própria culpa pela adoção de medidas inoportunas e insuficientes a conter a crise econômica, social, política e moral por ele vivida.

Os principais eixos que ensejaram a aprovação da reforma trabalhista tentaram induzir a erro o trabalhador e avançaram sob a premissa de que: a) haveria a consolidação de direitos e não a sua retirada; b) a reforma geraria empregos e crescimento econômico; c) geraria segurança jurídica; d) diminuiria o número de processos trabalhistas; e) moder-

nizaria a legislação ultrapassada.

Tais argumentos podem ser facilmente refutados, sobretudo quando ressaí, de forma clarividente, que a aprovada reforma, além de flexibilizar os direitos, por meio dos contratos por tempo parcial e contratos temporários, permite o aumento da jornada e redução de salários, bem como a retirada de outros tantos direitos, por meio da negociação coletiva, que passa a se sobrepor à legislação trabalhista.

Melhor sorte não encontrou o argumento que apresentou a reforma trabalhista como medida necessária ao crescimento econômico e aumento do número de empregos. Isto porque ignorou o fato de que períodos pujantes de crescimento econômico e social em nosso país se deram sob a égide da mesma legislação que agora se rejeita.

Ignorou, ainda, os resultados de países como Espanha e México, que, ao flexibilizarem a proteção do trabalhador, não obtiveram geração de emprego, tampouco redução da taxa de desemprego².

Não foi a legislação trabalhista, portanto, algoz da retração econômica. A crise vivida passa por outros fatores, que envolvem a

ausência de uma reforma política, esta sim mãe de todas as reformas, e possível freio da cultura da corrupção tão internalizada no parlamento brasileiro. Passa, ainda, pela ausência de uma reforma tributária. São estas as reformas necessárias à retomada da confiança internacional.

Desatar os nós da garganta do trabalha(dor), neste tempo em que o primado do capital se agiganta, requererá, mais do que nunca, a unidade da luta e da resistência. O trabalho, como fator de dignidade da pessoa humana, jamais poderia impingir dor e sofrimento. Tampouco poderia levar a culpa pelas mazelas que não causou.

Verás que um filho teu não foge à luta, mais do que trecho do hino nacional, deveria servir de norte para a retomada dos direitos perdidos, ainda que necessário seja recomeçar a batalha dos séculos XIX e XX, em pleno século XXI.

Trabalhadores e trabalhadoras, uni-vos!

*Advogada, Secretária-Geral Adjunta da Comissão de Direito Sindical e Associativo da OAB/DF

[1] Trecho da música Vai Passar de Chico Buarque.

[2] Estudos do World Employment and Social Outlook 2015, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apresentados pelo Procurador do Trabalho, Ângelo Fabiano Farias da Costa, em audiência pública realizada na Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Distrito Federal, em 27 de março de 2017.

COMERCIALIZAÇÃO DO PRÉ-SAL TEM AVAL DO CONGRESSO

Deputados e Senadores aprovaram no primeiro semestre de 2018 o Projeto de Lei do Senado (PLS) 131/2015, de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que permite a livre negociação de áreas do Pré-Sal, por cessão onerosa, entre a Petrobrás e outras petrolíferas. Antes da aprovação desse projeto, a Petrobrás era obrigatoriamente a única operadora na exploração.

O Plenário do Senado aprovou o fim da participação obrigatória da estatal brasileira com 40 votos a 26. A Câmara endossou o projeto com 292 votos favoráveis, 101 contrários e uma abstenção. O projeto retira a responsabilidade da companhia nacional na “condução e execução direta ou indireta, de todas as atividades de exploração, avaliação, desenvolvimento, produção e desativação das instalações de exploração e produção”. A mudança permite que a Pré-Sal Petróleo S/A (PPSA) – empresa criada pela MP 811/2017 – negocie a parte de óleo devida à União tendo como base o regime de partilha, vigente desde 2010, quando era possível a contratação de agentes de comercialização para vender o petróleo.

Do ponto de vista das regiões brasileiras, o projeto que alterava o regime de exploração do Pré-Sal foi o que obteve menor participa-

ção dos deputados federais. Mais de 22% dos membros da Câmara não compareceram à sessão (outubro/2016) que aprovou o fim do monopólio da Petrobrás sobre a exploração do Pré-Sal. A região Nordeste foi a que registrou maior taxa de ausência na votação, com 28% de não comparecimento. A região Sul ficou em segundo lugar, com 25%, seguida por Norte (22%), Sudeste (22%) e Centro-Oeste (15%).

Em termos proporcionais, considerando o universo dos deputados votantes, as regiões que mais deram votos favoráveis à matéria foram Norte e Centro-Oeste, com 84% e 80%, respectivamente, dos seus representantes votando de acordo com a orientação do governo. Em contrapartida, as regiões que mais resistiram aos interesses do Planalto foram, respectivamente, Nordeste (31%) e Sul (29%).

Os dois parlamentares que mais se envolveram com a tramitação da matéria, ainda que de forma antagônica, são do Nordeste: Weverton Rocha (PDT-MA) foi o parlamentar que mais pontuou, segundo os critérios do e-Ranking Cidadão, por ter promovido audiências públicas para discussão do projeto e por ter apresentado um voto em separado; e José Carlos Aleluia (DEM-BA), relator da matéria na Comissão Especial e



no Plenário da Câmara.

Na perspectiva partidária, por sua vez, levando em conta os partidos com pelo menos 10 deputados presentes à sessão, verifica-se um alto grau de adesão ao governo dos partidos da base aliada: DEM, PRB, PSDB e SD votaram todos segundo a indicação do governo. No PSD e no então PTN (que mudou seu nome para PODEMOS), houve apenas um voto contrário em cada legenda: Fábio Mitidieri

(PSD-SE) e Bacelar (PODE-BA).

Na oposição ao governo, todos os deputados do PT e PCdoB presentes à sessão seguiram a orientação do partido, votando contra o projeto. No PDT, somente um parlamentar contrariou a indicação do partido e votou com o Planalto: Carlos Eduardo Cadoca (PDT-PE).

No Senado Federal, a situação é um pouco diferente, pelo fato de

a votação ter ocorrido ainda sob a presidência de Dilma Rousseff (fevereiro/2016). Nessa Casa, houve pouco engajamento dos parlamentares e estratégias de atuação um pouco confusas. Eunício Oliveira (MDB-CE), por exemplo, apresentou dois requerimentos em sentidos opostos: de urgência (aprovado) e de retirada de urgência (rejeitado); de maneira semelhante, Fernando Collor (PTC-AL), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e João Capiberibe (PSB-AP)

também subscreveram o mesmo requerimento de urgência, mas votaram contra o projeto.

Os senadores Romero Jucá (MDB-RR) e José Serra (PSDB-SP) se destacaram de maneira negativa, por serem, respectivamente, relator e autor do projeto. Além disso, ressalta-se que, dos projetos analisados pelo e-Ranking Cidadão, essa matéria foi a única de iniciativa parlamentar, todas as outras foram de autoria do Executivo.

DEPOIMENTOS



Reconhecer que a excelência dos serviços públicos é fundamental para a própria integridade da cidadania, é o ponto de partida para que todo brasileiro, servidor público ou não, compreenda que a escolha de seu candidato a qualquer mandato eleito deve ter fundada preocupação com tal aspecto, na perspectiva da eficiência, da eticidade e da própria defesa do estatuto jurídico do serviço público no país. O discurso irresponsável de um Estado mínimo a qualquer preço é o começo do fim para o conceito integral de cidadania, que deriva da Constituição da República.

GUILHERME FELICIANO: Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra)



Em 2018, como acontece a cada quatro anos, somos chamados a nomear, pelo voto, quem vai ocupar as cadeiras dos executivos e legislativos federal, distrital e estaduais. A Fenafisco pugna pela participação ativa e cidadã de todos os servidores fiscais tributários do país, e, não lhe cabendo apontar nomes, sente-se no dever de expressar a sua firme e clara posição em favor de candidatos e candidatas comprometidos(as) com a defesa do Estado de Bem-estar Social, do fortalecimento do serviço público e valorização dos servidores públicos, e de uma reforma tributária progressiva que busque a justiça fiscal e o equilíbrio federativo.

CHARLES ALCANTARA: Presidente da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco)



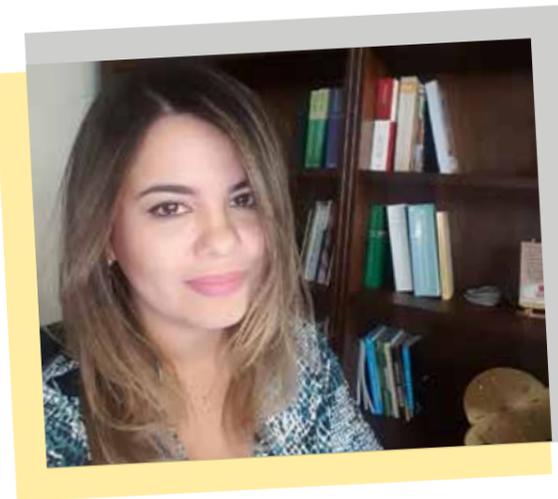
A participação política dos servidores públicos é fundamental para o fortalecimento do Estado brasileiro, da democracia e para a garantia de atendimento de qualidade à população. Todos nós, membros da Administração Pública, devemos estar comprometidos com o voto consciente, optando por representantes que prezem pela valorização do serviço público e do bem-estar social.

ANTÔNIO GERALDO DE OLIVEIRA SEIXAS: Presidente do Sindicato Nacional dos Analistas-Tributários da Receita Federal do Brasil (Sindireceita)



A cidadania tem no voto o colher da democracia. Daí a importância da escolha da semente e a correta semeadura. A democracia não floresce da semente viciada pelo abuso do poder econômico, no terreno infértil do ódio, na irrigação da intolerância ou através do regar do compadrio.

CEZAR BRITTO: Advogado, ex-presidente da OAB Nacional (2007-2010); fundador e membro da Coordenação Executiva Nacional da Associação Brasileira de Juristas pela Democracia (ABJD)



O voto é o melhor e mais eficaz instrumento para a mudança social e política que se almeja. Expressão suprema da cidadania. Votar consciente é ser protagonista na luta por uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, daí por que a importância de se participar ativamente desse processo de escolha dos candidatos, de conhecer os seus projetos e também de se cobrar que eles não sejam meros objetos de campanha. Ao se abrir mão deste direito, abre-se mão, também, do fortalecimento do Estado Democrático.

CAROLINE SENA: Advogada, Secretária-Geral Adjunta da Comissão de Direito Sindical e Associativo da OAB/DF



Votar é nosso maior direito e também nosso maior dever. O voto consciente é uma das principais bandeiras do Sindilegis, pois é o instrumento mais poderoso para resgatar a ética e a moral na política, vitais para solucionar os problemas abissais que assolam nosso País. Como servidores públicos, nossa responsabilidade é ainda maior. Precisamos votar com a consciência de que estamos confiando àquele candidato o futuro de toda a Nação.

PETRUS ELESBÃO: Presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis)



O voto é a arma do povo nas democracias. Nestas eleições, precisamos fazer preponderar nossa vocação republicana e democrática. Cada voto deve ser orientado pelo compromisso cidadão de concretizar valores éticos e cívicos sem os quais não se constrói uma grande nação. Votemos todos, pois, com consciência e inspirados pelas melhores virtudes. Somente assim iremos efetivamente contribuir para a construção de uma sociedade melhor!

VICTOR HUGO AZEVEDO: Presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (CONAMP)



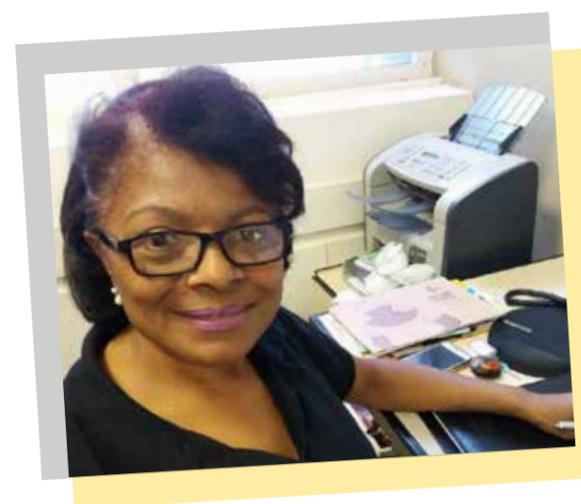
O funcionalismo tem sido exposto a uma agenda de ataques a garantias históricas, que está pondo em risco a própria subsistência dos serviços públicos. Diante deste quadro, é fundamental elegermos representantes, tanto no Legislativo quanto no Executivo, nas esferas federal e estadual, comprometidos com a restauração da qualidade desses serviços prestados à sociedade brasileira.

JORDAN PEREIRA: Presidente do Sindicato Nacional dos Funcionários do Banco Central (Sinal)



No Regime Democrático, a maior fonte de exercício do poder é o por meio do direito-dever ao voto consciente. Que ao fazermos nossas escolhas nas Eleições Gerais que se aproximam, possamos ter, no dizer de Mário Sérgio Cortella, a consciência de que “A tarefa do poder é servir. O poder que serve a si mesmo, não serve”. A luz dessa consciência deve estar guardada na mente de cada um de nós, não só enquanto indivíduos, mas como parte de um todo.

LARISSA LUZ: Promotora de Justiça do MPDFT; Professora Universitária



Em tempos difíceis, como o atual momento político é complicado tomar uma decisão, entretanto, acredito que existam candidatos honestos e com boa vontade para realizar um trabalho capaz de melhorar o país. Tenho a convicção de que o voto consciente exige a análise das propostas dos candidatos e a escolha por aqueles com ficha limpa.

MARIA RODRIGUES: Auxiliar de Escritório



Reafirmo a necessidade da conscientização do povo brasileiro, principalmente as pessoas idosas acima dos 70 anos, do voto consciente nessas eleições gerais. Devemos votar. O voto é nossa única e intransferível arma na defesa da nossa cidadania. O Brasil precisa de todos nós, idosos, aposentados e pensionistas.

EDISON GUILHERME HAUBERT: Presidente do Movimento Nacional dos Servidores Públicos Aposentados e Pensionistas (MOSAP)



Votar consciente é quando a gente consegue enxergar os pontos positivos e negativos de cada candidato e escolhe aquele que seja melhor para a coletividade e não apenas para determinado grupo. Nós jovens somos o futuro da Nação e devemos levar a sério as eleições de 2018, sabendo em quem estamos votando.

DANIELA ALVES: Jovem Aprendiz



EDIÇÃO 2018

PRÊMIO MARCO MACIEL

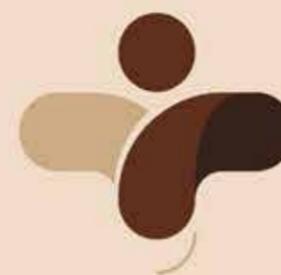
Ética e Transparência na Relação
entre o *Público* e o *Privado*



A **Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais** - Abrig realizou em 25/09, a cerimônia de entrega do **Prêmio Marco Maciel: Ética e Transparência entre o Público e o Privado 2018**, no Panteão da Pátria e da Liberdade Tancredo Neves, em Brasília (DF).

Durante o evento, foi concedida menção honrosa ao Laboratório de **Estudos Político-sociais - Labep** pelo trabalho realizado no e-Ranking Cidadão.

A plataforma foi enquadrada na categoria **Relações Institucionais e Governamentais** (RIG) na sociedade civil organizada, conquistando a terceira posição, por ter contribuído para o engrandecimento da atividade de RIG nacionalmente e fomentado a ética e a transparência na relação entre o público, privado e a sociedade civil brasileira.



Reforma Tributária Solidária

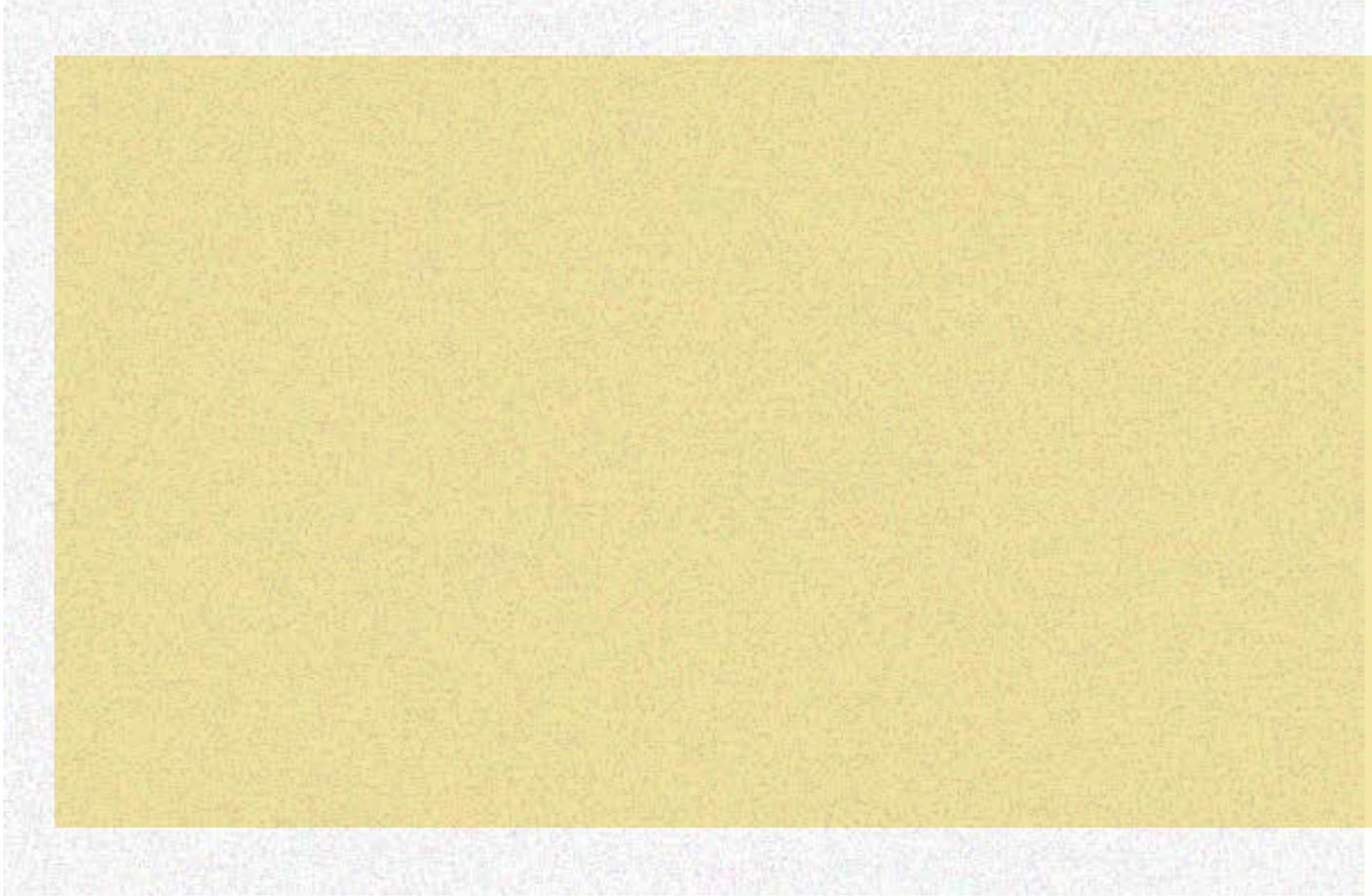
MENOS DESIGUALDADE,
MAIS BRASIL

Reduzir o imposto para quem
tem menos e aumentar o
imposto para quem tem muito!



@reformatributariasolidaria1
www.reformatributariasolidaria.com.br





www.labep.com.br
[fb.com/ labpoliticoesocial](https://fb.com/labpoliticoesocial)

